

Sumário

Introdução	1
1 O Processo Penal Brasileiro.....	5
1.1 O Código de Processo Penal.....	5
1.2 A Constituição da República de 1988 e o Processo Constitucio- nal	8
1.3 O sistema acusatório.....	9
1.4 Sistemas processuais incidentes: o modelo brasileiro	13
2 Leis e Processo Penal no Tempo e no Espaço.....	19
2.1 Tratados e convenções internacionais.....	19
2.2 A jurisdição dos tribunais penais internacionais	21
2.3 Leis processuais no espaço e no tempo.....	25
3 Sistema dos Direitos e Princípios Fundamentais	35
3.1 Estado Democrático de Direito e postulados de interpretação.....	35
3.2 Garantismo e intervenção penal	37
3.3 A base ou estrutura principiológica	39
3.3.1 O justo processo: devido processo legal	41
3.3.1.1 Juiz natural.....	41
3.3.1.2 Direito ao silêncio e não autoincriminação.....	45
3.3.1.3 Contraditório	47
3.3.1.4 Ampla defesa	49
3.3.1.5 Estado ou situação jurídica de inocência	52
3.3.1.6 Vedação de revisão <i>pro societate</i>	54
3.3.1.7 Inadmissibilidade das provas obtidas ilícita- mente	57

4	A Fase Pré-Processual: a Investigação Criminal.....	59
4.1	Inquérito policial	63
4.1.1	Procedimento	68
4.1.2	Poder de polícia e representação ao juiz: capacidade ... postulatória?	74
4.1.3	Arquivamento.....	75
4.1.3.1	Arquivamento indireto	82
4.1.3.2	Conflito de atribuições no âmbito do Ministério Público	83
4.1.4	Inquérito policial e extinção da punibilidade	86
4.2	Investigações administrativas	93
5	Da Ação Penal.....	105
5.1	A estrutura dialética do processo: potencialização da ampla defesa.....	105
5.2	Ação e processo	110
5.2.1	Pretensão e lide	110
5.3	Condições da ação	113
5.3.1	Interesse de agir	114
5.3.2	Legitimidade	116
5.3.3	Possibilidade jurídica do pedido	117
5.3.4	Condições de procedibilidade.....	119
5.3.5	A justa causa	123
5.4	Pressupostos processuais	126
5.4.1	Pressuposto de existência	127
5.4.2	Requisitos de validade.....	129
5.5	Ação penal pública incondicionada	131
5.5.1	Ação (penal) popular e crime de responsabilidade.....	131
5.5.2	Ação penal pública incondicionada: princípio funda- mental: a obrigatoriedade	134
5.5.3	Indisponibilidade e outras regras processuais	138
5.5.4	Critério de definição da legitimação ativa	139
5.5.5	Discrecionariedade regrada.....	140
5.6	Ação penal pública condicionada	143
5.6.1	Prazo decadencial da representação.....	146
5.6.2	Capacidade ou legitimação para representar.....	147
5.6.3	Retratação	147
5.6.4	Legitimação concorrente ou alternativa?.....	149
5.7	Ação penal privada	150
5.7.1	Legitimação ativa	154
5.7.2	Disponibilidade	156
5.7.2.1	Renúncia	157
5.7.2.2	Perempção e desistência.....	160
5.7.2.3	Perdão	161

5.7.3	Indivisibilidade.....	163
5.7.4	Decadência.....	167
5.7.5	Crimes contra a dignidade sexual.....	168
5.8	Ação privada personalíssima	171
5.9	Ação privada subsidiária da pública	171
5.10	Denúncia e queixa	175
5.10.1	Crimes coletivos e individualização da conduta	176
5.10.2	Acusação genérica e acusação geral	177
5.10.3	Aditamento	178
5.10.4	Litisconsórcio	180
5.10.5	Prazo	181
5.10.6	Capitulação	182
5.10.7	Rejeição.....	183
5.10.8	Omissões	186
5.11	Extinção da punibilidade	187
6	Ação Civil <i>Ex Delicto</i>	191
6.1	Generalidades.....	191
6.2	Prejudicialidade.....	193
6.3	Objeto.....	195
6.4	Legitimação	196
6.5	Subordinação temática e eficácia preclusiva.....	197
6.5.1	Nas decisões condenatórias	197
6.5.2	Nas decisões absolutórias	198
6.5.3	A negativa de autoria	200
6.6	Responsabilidade civil de terceiros	202
6.7	A legitimação do Ministério Público	205
7	Jurisdição e Competência.....	207
7.1	Jurisdição e repartição de competência	207
7.2	Juiz natural e competência absoluta: competência de jurisdição	210
7.3	Prerrogativa de função (<i>ratione personae</i>)	211
7.3.1	Crimes comuns e crimes de responsabilidade.....	212
7.3.2	Critério da simetria	215
7.3.3	Critério de regionalização	220
7.3.3.1	Deputados Estaduais e Prefeitos	221
7.3.3.2	A extensão dos foros privativos nas Constituições Estaduais.....	223
7.3.4	Prerrogativa de função e natureza do crime.....	227
7.3.5	Processo e procedimentos	229
7.3.5.1	Competência originária	229
7.3.5.2	O exercício efetivo do cargo.....	231
7.3.5.3	Foro privativo e procedimento	233
7.3.5.4	Prerrogativa de função, concurso de agentes e concurso de crimes	234

7.4	Imunidades materiais e imunidades formais ou processuais.....	239
7.5	Competência em razão da matéria (<i>ratione materiae</i>)	242
7.5.1	Competência da Justiça Federal	243
7.5.1.1	A casuística constitucional.....	254
7.6	Competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral	267
7.7	A competência territorial	270
7.7.1	Competência relativa e competência absoluta.....	271
7.7.2	Crítérios de determinação da competência infraconsti- tucional	273
7.7.2.1	O lugar	273
7.7.2.2	A natureza da infração	276
7.7.2.3	O domicílio ou residência do réu	277
7.7.2.4	A prevenção	278
7.7.2.5	A distribuição	281
7.8	Modificação de competência e <i>perpetuatio jurisdictionis</i>	281
7.8.1	Desclassificação	286
7.8.2	Conexão	291
7.8.3	Continência	294
7.8.4	Unidade de processo e de julgamento	294
7.8.5	Eleição do juízo prevalente	296
7.8.6	Separação de processos conexos e/ou continentes.....	300
7.8.7	Prorrogação de competência	301
8	Das Questões e Processos Incidentes	303
8.1	Das questões prejudiciais	303
8.2	Dos processos incidentes	306
8.2.1	Das exceções	306
8.2.1.1	Exceção de suspeição, impedimento ou incompatibilidade.....	308
8.2.1.2	Exceção de incompetência	311
8.2.1.3	Demais exceções	313
8.3	Do conflito de jurisdição.....	315
8.4	Da restituição de coisas apreendidas	322
8.5	Das medidas assecuratórias	325
8.5.1	Sequestro	325
8.5.2	Especialização de hipoteca	328
8.5.3	Arresto	330
8.5.4	Medidas assecuratórias previstas na lavagem de dinheiro e ativos (Lei nº 9.613/98, com redação dada pela Lei nº 12.683/12)	330
8.5.5	Da alienação antecipada de bens arrestados, hipotecados ou objeto de sequestro – Lei nº 12.694/12	331

8.6	Do incidente de falsidade	332
8.7	Da insanidade mental do acusado	333
9	Da Prova	337
9.1	Teoria da prova.....	337
9.1.1	O mito e o dogma da verdade real	342
9.1.2	A distribuição do ônus da prova e a iniciativa probatória do juiz	344
9.1.3	O livre convencimento motivado e a íntima convicção ...	349
9.1.3.1	A prova tarifada ou sistema das provas legais ...	350
9.1.3.2	O livre convencimento motivado: persuasão racional.....	350
9.1.3.3	Hierarquia e especificidade de provas.....	351
9.1.4	Direito e restrições à prova.....	354
9.1.4.1	A inadmissibilidade das provas ilícitas.....	355
9.1.4.2	A teoria dos frutos da árvore envenenada	372
9.1.4.3	A teoria do encontro fortuito de provas.....	375
9.1.4.4	A prova ilegítima: a prova emprestada.....	378
9.1.4.5	O aproveitamento da prova com exclusão da ilicitude	379
9.1.4.6	O aproveitamento da prova ilícita: proporcionalidade, proibição de excesso (vedação de proteção deficiente?)	382
9.2	Meios de prova	388
9.2.1	Do interrogatório.....	388
9.2.1.1	Direito ao silêncio e não autoincriminação.....	392
9.2.1.2	Intervenções corporais.....	398
9.2.1.3	Procedimento.....	411
9.2.2	Da confissão	421
9.2.3	Da prova testemunhal	422
9.2.3.1	Capacidade para testemunhar	424
9.2.3.2	O compromisso de dizer a verdade.....	424
9.2.3.3	Dispensa do dever de depor	425
9.2.3.4	Proibição do testemunho.....	426
9.2.3.5	Testemunhas, declarantes, informantes e outros	428
9.2.3.6	Regras procedimentais gerais.....	430
9.2.3.7	Proteção à testemunha: Lei nº 9.807/99	434
9.2.4	Da prova pericial	437
9.2.4.1	O exame de corpo de delito	440
9.2.4.2	Outras perícias.....	442
9.2.4.3	Prova pericial e contraditório	443
9.2.5	Das perguntas ao ofendido.....	444
9.2.6	Do reconhecimento de pessoas e coisas.....	446

9.2.7	Da acareação	447
9.2.8	Dos documentos	448
9.2.9	Dos indícios	449
9.2.10	Da busca e apreensão	451
10	Sujeitos do Processo	455
10.1	Partes e relação processual	455
10.1.1	Parte (no sentido) formal e parte (no sentido) material....	459
10.2	Do juiz	461
10.2.1	Imparcialidade	461
10.2.2	Poderes gerais e iniciativa probatória	466
10.2.3	Juiz natural	468
10.2.4	Princípio da identidade física do juiz.....	469
10.3	Do Ministério Público	469
10.3.1	A imparcialidade	471
10.3.2	Suspeição, impedimento e incompatibilidade: conse- quências	472
10.3.3	O promotor natural	474
10.3.4	Atividades investigatórias	483
10.4	Do acusado	483
10.5	Do defensor	486
10.6	Da assistência	492
10.6.1	Legitimação	493
10.6.2	O assistente como <i>custos legis</i>	494
10.6.3	Faculdades processuais.....	496
10.6.4	Recurso de sentença penal condenatória.....	499
10.6.5	Procedimento	500
10.7	Peritos, intérpretes e funcionários da justiça.....	500
10.8	Ofendido?	502
11	Da Prisão, das Medidas Cautelares e da Liberdade Provisória	505
11.1	As regras das prisões e da liberdade provisória: as medidas cau- telares pessoais	505
11.2	As determinações constitucionais da não culpabilidade	508
11.3	Princípio fundamental das medidas cautelares: o postulado da proporcionalidade	513
11.4	As medidas cautelares, diversas das prisões	519
11.4.1	Regras gerais da aplicação.....	531
11.4.1.1	Poder geral de cautela?	535
11.4.1.2	A fiança e seu cabimento.....	536
11.4.2	Procedimento das cautelares	537
11.5	A prisão em flagrante	544
11.5.1	Considerações gerais	544

11.5.2	Flagrante esperado e flagrante preparado (provocado)	547
11.5.3	Flagrante diferido (controlado)	552
11.5.4	Missões/funções da prisão em flagrante	553
11.5.5	Prisão em flagrante e situações especiais	555
11.5.6	Audiência de custódia	558
11.6	Prisão temporária	561
11.6.1	Prisão temporária e o art. 313, I, CPP	566
11.7	Prisão preventiva	566
11.7.1	Requisitos fáticos: situações legais de risco à persecução penal	570
11.7.2	Requisitos normativos: definição dos crimes passíveis de decretação de prisão preventiva	577
11.7.2.1	Exceções ao teto do art. 313, I, CPP	579
11.7.3	Prazo: a construção jurisprudencial	582
11.7.4	Prisão preventiva <i>ex officio</i>	585
11.7.5	Vedação legal à prisão preventiva	588
11.8	Prisão domiciliar	589
11.9	O ato prisional: generalidades	591
11.10	Prisão especial	596
11.10.1	O Parlamento e as cautelares pessoais no processo penal	599
11.11	Prisão para extradição e prisão civil	604
11.12	A liberdade provisória com e sem fiança	604
11.12.1	Relaxamento da prisão	611
11.12.2	Liberdade provisória com fiança	612
11.12.2.1	Cautelares de ofício e sistema acusatório	615
11.12.2.2	Procedimento da fiança	619
11.12.3	A restituição da liberdade do art. 283, § 1º, do CPP	625
11.12.4	A inafiançabilidade constitucional e a vedação <i>ex lege</i> à liberdade	625
11.12.5	Execução provisória	628
12	Das Citações e Intimações	631
12.1	Das citações	631
12.1.1	Espécies de citação	632
12.1.2	Citação do réu preso	640
12.1.3	Citação do incapaz	641
12.1.4	Revelia e suspensão do processo e do prazo prescricional	642
12.2	Das intimações	646
13	Dos Atos Processuais e dos Atos Judiciais	651
13.1	Dos atos processuais	651
13.1.1	Dos prazos processuais	653

13.2	Dos atos judiciais.....	658
13.2.1	Decisões interlocutórias.....	659
13.2.2	Decisões com força de definitivas.....	664
13.2.3	Sentenças	665
13.2.3.1	A correlação entre sentença e pedido	668
13.2.3.2	<i>Emendatio libelli</i>	670
13.2.3.3	<i>Mutatio libelli</i>	674
13.2.3.4	Motivação e dispositivo das sentenças.....	683
13.2.3.5	Intimação da sentença.....	690
13.2.4	Coisa julgada em matéria penal	691
14	Dos Procedimentos	701
14.1	Processo e procedimento	701
14.2	Procedimento comum.....	704
14.2.1	Procedimento ordinário.....	706
14.2.2	Procedimento sumário	723
14.3	Da suspensão do processo	725
14.3.1	Suspensão do processo: direito ou discricionariedade?.....	734
14.3.2	Revogação e cumprimento da suspensão.....	736
14.3.3	Ação privada	738
14.3.4	Cabimento: concurso de crimes, tentativa, causa de aumento e de diminuição.....	740
14.4	Do procedimento do Tribunal do Júri.....	741
14.4.1	Anotações introdutórias	741
14.4.2	Da acusação e da instrução preliminar.....	743
14.4.2.1	Absolvição sumária.....	747
14.4.2.2	Desclassificação	750
14.4.2.3	Impronúncia	753
14.4.2.4	Pronúncia.....	755
14.4.3	Da fase de julgamento.....	759
14.4.3.1	Da preparação do processo para julgamento em plenário.....	759
14.4.3.2	Do desaforamento	761
14.4.3.3	Jurados: recusas, imparcialidade	762
14.4.3.4	Da reunião e das sessões do Tribunal do Júri...	764
14.4.3.5	Da quesitação.....	765
14.4.3.6	Da instrução em plenário	769
14.5	Dos Juizados Especiais Criminais.....	775
14.5.1	Considerações gerais	775
14.5.2	Infrações de menor potencial ofensivo	777
14.5.3	A transação penal: direito subjetivo ou discricionariedade?	782

14.5.4	Competência e atos processuais	784
14.5.5	O rito nos Juizados Criminais.....	786
14.6	Juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher: Lei nº 11.340/06	800
14.6.1	Considerações gerais	800
14.6.2	Competência cível e criminal: limitações constitucionais....	802
14.6.3	Procedimentos e medidas cautelares	805
14.6.4	Medidas protetivas de urgência.....	809
14.7	Processo e procedimentos especiais.....	811
14.7.1	Dos processos de competência originária	811
14.7.2	Crimes contra a honra.....	816
14.7.3	Crimes de responsabilidade de funcionários públicos....	818
14.7.4	Crimes de tráfico de drogas.....	821
14.7.5	Processo penal eleitoral.....	846
14.7.6	Crimes falimentares	851
14.7.7	Colegiados de primeiro grau e organizações criminosas na Lei nº 12.694/12	854
14.7.8	A Lei de Organizações Criminosas – Lei nº 12.850/13 ...	860
14.7.9	Crimes de lavagem de dinheiro e ativos (Lei nº 9.613/98, com redação dada pela Lei nº 12.683/12)	914
14.7.10	Lei do Tráfico de Pessoas	922
14.7.11	Lei nº 13.285/16	923
14.7.12	Da infiltração policial na internet.....	923
14.8	Procedimentos e conexão e/ou continência.....	925
15	Das Nulidades	927
15.1	Atos inexistentes	929
15.2	Nulidades e ilicitudes na investigação	930
15.3	Nulidade absoluta e nulidade relativa	935
15.4	Nulidades: efeito devolutivo dos recursos e vedação da <i>reformatio in pejus</i>	938
15.5	A regra do interesse nas nulidades	942
15.6	A instrumentalidade das formas	943
15.7	Causalidade: derivação das nulidades	945
15.7.1	Nulidade e incompetência absoluta.....	949
15.8	Convalidação	953
15.9	A casuística do Código de Processo Penal	955
16	Dos Recursos	961
16.1	Teoria dos recursos	961
16.1.1	Princípios	966
16.1.1.1	O duplo grau.....	966
16.1.1.2	A voluntariedade dos recursos	967
16.1.1.3	A unirrecorribilidade	970
16.1.1.4	A fungibilidade dos recursos	971
16.1.1.5	A vedação da <i>reformatio in pejus</i>	973

16.1.2	Regras: complementaridade, complementaridade e outras	975
16.1.3	Disponibilidade	976
16.1.4	Efeitos dos recursos	977
16.1.4.1	Efeito suspensivo	977
16.1.4.2	Efeito devolutivo	978
16.1.4.3	Efeito extensivo e iterativo	979
16.1.5	Classificações dos recursos	980
16.1.6	Juízo de admissibilidade dos recursos	981
16.1.6.1	Requisitos objetivos	983
16.1.6.2	Requisitos subjetivos	987
16.2	Da apelação	992
16.2.1	Cabimento	993
16.2.2	Efeitos	997
16.2.3	Procedimento	1000
16.3	Do recurso em sentido estrito	1006
16.3.1	Cabimento	1008
16.3.2	Procedimento	1013
16.3.3	Efeitos	1014
16.4	Embargos infringentes ou de nulidade	1015
16.5	Embargos declaratórios	1019
16.6	Embargos de divergência	1021
16.7	Carta testemunhável	1022
16.8	Agravo de execução	1022
16.9	Correção parcial	1024
16.10	Recurso ordinário, extraordinário e especial	1025
16.10.1	Recurso ordinário	1027
16.10.2	Recurso especial	1030
16.10.3	Recurso extraordinário	1035
16.11	Ações autônomas	1041
16.11.1	Mandado de segurança	1041
16.11.2	Ação de revisão criminal	1044
16.11.3	<i>Habeas corpus</i>	1052
17	Relações Internacionais com Autoridade Estrangeira	1075
17.1	Cartas rogatórias	1077
17.2	Homologação das sentenças estrangeiras	1079
	Referências	1083
	Índice Remissivo	1093

Nota da Editora: as alterações na organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, estabelecidas pela Medida Provisória 870/2019, não foram incorporadas ao conteúdo da obra tendo em vista que, até o fechamento desta edição, as novas estruturas regimentais que constam nos Decretos regulamentadores não estavam em vigor (início previsto para 30.01.2019).